

Requerente(s): Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCM/PA)
 Requerido(s): Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL) e Nazareno Santos Souza
 Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
 Assunto: Apurar possíveis irregularidades referentes ao termo de compromisso n.º 004/2011 de concessão de apoio cultural, na modalidade "patrocínio", com base na lei municipal n.º 7850/97, firmado entre a FUMBEL, Nazareno Santos Souza e Nazaré Comércio de Alimentos e Magazines LTDA, em virtude das irregularidades na prestação de contas verificadas no processo nº 201217883-00, tendo sido gerado o acórdão nº 28.284 do tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - TCM/PA.

1.3.3. Processo n.º 000082-151/2019
 Requerente(s): Casa Civil da Governadoria
 Requerido(s): Samyra Nascimento Beliche
 Origem: 11ª PJ de Marabá
 Assunto: Apurar suposta prática de atos de improbidade administrativa pela nacional Samyra Nascimento Beliche, gerente de segurança da Unidade Prisional do Centro de Reeducação Feminino em Marabá

1.3.4. Processo n.º 000196-911/2015
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Prefeitura de Marabá
 Origem: 11ª PJ de Marabá
 Assunto: Apurar possíveis irregularidades no processo licitatório 029/2013/CEL/SEVOP/PMM, carta convite 006/2013/CEL/SEVOP/PMM, referente a contratação de empresa para construção do muro e perfuração de um poço artesiano no CAPS (Centro de Atenção Psico Social) no município de Marabá

1.3.5. Processo n.º 000291-151/2018
 Requerente(s): Banco da Amazônia (BASA) e Ministério Público Federal (MPF)
 Requerido(s): Charles Alexandre Moia Corrêa
 Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
 Assunto: Apurar conduta irregular de funcionário do BASA, Sr. Charles Alexandre Moia Corrêa, que exercia o cargo de consultor especial na referida instituição financeira

1.3.6. Processo n.º 000190-151/2017
 Requerente(s): Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)
 Requerido(s): Ministério da Saúde e Luiz Otávio Maciel Miranda
 Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
 Assunto: Cuida-se de inquérito civil instaurado a partir de notícia de fato encaminhada pelo CONTRAN, noticiando a nomeação de Luiz Otávio Maciel Miranda, para representar o Ministério da Saúde no CONTRAN, sendo que ele é servidor efetivo do Detran/PA e não possui qualquer vínculo funcional com a pasta ministerial que representa, mas possui residência fixa em Brasília/DF

1.3.7. Processo n.º 000265-116/2013
 Requerente(s): Denúncia Anônima
 Requerido(s): Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF) e Prefeitura Municipal de Belém
 Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
 Assunto: Apurar supostas irregularidades apontadas pelo relatório de fiscalização AGE nº 012/2007-SEPOF, referente à execução do Convênio nº 069/2006, celebrado entre a SEPOF e a Prefeitura Municipal de Belém.

1.3.8. Processo n.º 000281-151/2018
 Requerente(s): Secretaria de Estado de Educação (SEDUC)
 Requerido(s): Harissa Magalhães Favacho
 Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
 Assunto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa cometida pela servidora temporária da SEDUC, Sra. Harissa Magalhães Favacho

1.3.9. Processo n.º 000969-151/2021
 Requerente(s): Luis Paulo Jacob Rossas Novaes
 Requerido(s): Defensoria Pública do Estado do Pará
 Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
 Assunto: Recurso em notícia de fato originária de representação formulada pelo Sr. Luis Paulo Jacob Rossas Novaes, na qual relata a sua insatisfação com os serviços prestados pelo Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado

1.3.10. Processo n.º 006213-031/2016
 Requerente(s): Olavo Augusto Athayde Pimentel - DPF
 Requerido(s): Sob Investigação
 Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
 Assunto: Apurar eventual direcionamento nos procedimentos licitatórios realizados pelo Estado do Pará na modalidade convite n.º 003/2015 e na modalidade tomada de preços 25/2015 com a finalidade de reformas em escolas estaduais do Município de Santarém

1.3.11. Processo n.º 000035-086/2018
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Prefeitura de Ulianópolis
 Origem: 14º Cargo da Procuradoria de Justiça Criminal
 Assunto: Apurar desvio ou irregularidades na aplicação de recursos públicos do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino (FNDE), destinados ao município de Ulianópolis

1.3.12. Processo n.º 005320-921/2017
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Pessoas Jurídicas de Direito Privado, Transporte Arapari e Jarumã
 Origem: 4º PJ Promotoria Cível Defesa da Probidade Administrativa Abaetetuba
 Assunto: Apurar supostas lesões aos direitos básicos dos consumidores, diante de irregularidades apresentadas em face das PJs de direito privado de transporte Arapari e Jarumã

1.3.13. Processo n.º 001277-025/2021
 Requerente(s): Jacqueline Agnes da Silveira Santos
 Requerido(s): Conselho Tutelar II de Ananindeua e Conselho Tutelar I de Marituba
 Origem: 1º PJ Cível de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente, das Pessoas com Deficiência e Idoso de Marituba

Assunto: Recurso em notícia de fato originária de denúncia encaminhada pela Sra. Jacqueline Agnes da Silveira Santos, que exercia a guarda fática de sobrinha-neta de 02 anos, informando ter sido surpreendida com ação do conselho tutelar II de Ananindeua, em ação conjunta ao conselho tutelar I de Marituba, em condutas ao seu ver irregularidades

1.3.14. Processo n.º 002300-003/2021
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará, Fabiana dos Reis Brandão
 Requerido(s): O Estado, Centro de Recuperação Regional de Paragominas-CRRP, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Paragominas
 Origem: 2º PJ de Paragominas
 Assunto: Reclamação da Sra. Fabiana dos Reis Brandão que relata ter o Centro de Recuperação Regional de Paragominas - CRRP estar despejando dejetos líquidos de forma totalmente irregular em via pública, atingindo sua propriedade, causando danos ambientais.

1.3.15. Processo n.º 048895-003/2020
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Gabriela Castor da Rocha
 Origem: 9ª PJ de Santarém
 Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa, tendo em vista indícios de não prestação de serviço por parte da servidora pública Gabriela Castor da Rocha, a qual exerce a função de auxiliar de campo, na Agência de Defesa Agropecuária do Pará, no Município de Belterra/PA, caracterizando-se como "funcionária fantasma"

1.3.16. Processo n.º 000123-960/2016
 Requerente(s): Dalira Lobo da Silva, Vera Lúcia da Silva
 Requerido(s): Nacional conhecido por "BALOTI"
 Origem: 12º PJ de Marabá
 Assunto: Denúncias das Sras. Vera Lúcia da Silva e Dalira Lobo da Silva acerca da venda de lotes e tentativa de usurpação de áreas no projeto de assentamento Luiz Inácio Lula da Silva, praticada por um senhor conhecido como BALOT, com suposto envolvimento de policial militar

1.3.17. Processo n.º 000206-200/2019
 Requerente(s): Franco de Jesus Maciel Bezerra
 Requerido(s): Paulo Saint Jean Trindade Campos e Manoel Carlos Antunes
 Origem: 2º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua
 Assunto: Apurar eventual ocorrência de improbidade administrativa de suposto ato de improbidade administrativa cometido pelo prefeito do Município de Ananindeua/PA Manoel Carlos Antunes, consubstanciado no pedido de providências do nacional Franco de Jesus Maciel Bezerra de não auferimento de verbas trabalhistas

1.3.18. Processo n.º 000055-151/2015
 Requerente(s): Jackson José de Souza Pedrosa
 Requerido(s): João Monteiro Vidal
 Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
 Assunto: Apurar supostas irregularidades relacionadas à prestação de contas finalísticas do ano-calendário de 2013 e prestação de contas referente ao convênio nº 001/2014, firmado entre o Grêmio Recreativo e Beneficente Jurunense "Rancho não Posso me Amofinã", da qual o representado é presidente, e a ação social integrada do Palácio do Governo-ASIPAG.

1.3.19. Processo n.º 002109-095/2018
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Prefeitura Municipal de Itupiranga/PA
 Origem: PJ de Itupiranga
 Assunto: Apurar possível cometimento de atos de improbidade administrativa por direcionamento de procedimentos licitatórios no município de Itupiranga/PA

1.3.20. Processo n.º 000258-151/2016
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Christielaine Venzel Zaninotto
 Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
 Assunto: Apurar suposto acúmulo indevido de cargos pela servidora/enfermeira Christielaine Venzel Zaninotto.

1.3.21. Processo n.º 000578-048/2018
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Município de Canaã dos Carajás
 Origem: 1º PJ de Canaã dos Carajás
 Assunto: Apurar supostas irregularidades cometidas no certame licitatório pregão presencial nº 27/2017/PMCC-CPL cujo objeto é a contratação de empresa para captação de recursos para o Município de Canaã dos Carajás.

1.3.22. Processo n.º 000863-921/2018
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Fabiana Dias e Dias
 Origem: 4º PJ Promotoria Cível Defesa da Probidade Administrativa de Abaetetuba
 Assunto: Apurar suposto desvio de função, concomitante a acumulação ilegal de funções remuneradas no serviço público pela servidora Fabiana Dias no Município de Abaetetuba/PA

1.3.23. Processo n.º 000035-151/2021
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Renato Ferreira Carr e Universidade do Estado do Pará (UEPA)
 Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
 Assunto: Apurar supostas irregularidades no âmbito da Universidade Estadual do Pará, envolvendo acumulação ilícita de cargos em Belém/PA.

1.3.24. Processo n.º 000262-151/2018
 Requerente(s): MPF/Núcleo de Combate à Improbidade e Corrupção
 Requerido(s): Secretaria de Estado de Administração (SEAD)
 Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
 Assunto: Trata-se de inquérito civil instaurado a partir do Declínio de Atribuição do Ministério Público Federal, que recebeu denúncia sobre possível fraude em licitação pública e esquema de corrupção na Secretaria Adjunta de Gestão Administrativa de Estado de Administração do Estado do Pará - SEAD/PA, na condução do pregão eletrônico n.º 08\2017, com formação de conluio na compra de produtos para a área cardíaca

1.3.25. Processo n.º 000120-151/2018
 Requerente(s): AUTABEL, Federação Paraense de Entidades e Movimentos Sociais - FEPEM
 Requerido(s): ARCON/PA -Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Pará